



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

CHECK LIST

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS
PARA CELEBRAÇÃO DE PARCERIAS

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO		
ITEM	DESCRIÇÃO	ENTREGUE
1	Solicitação pela entidade para a celebração da parceria, contendo no mínimo os seguintes dados: I - identificação do subscritor da proposta; II - indicação do interesse público envolvido; III - diagnóstico da realidade que se quer modificar, aprimorar ou desenvolver e indicação da viabilidade, dos custos, dos benefícios e dos prazos de execução da ação pretendida (Lei n. 13.019/2014, art. 19);	() Sim () Não () Não se aplica
2	Cópia do Estatuto registrado e eventuais alterações ou certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial (Lei n.13.019,art. 34, III);	() Sim () Não () Não se aplica
3	Cópia do Cartão do CNPJ da organização da sociedade civil, comprovando no mínimo um ano de existência, através do cadastro ativo demonstrado por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Lei n. 13.019/2014, art. 33, inciso V, alínea a);	() Sim () Não () Não se aplica
4	Cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual (Lei n. 13.019/2014, art. 34, V);	() Sim () Não () Não se aplica
5	Cópia do comprovante de endereço e dos documentos pessoais do (a) Presidente e declaração informando o nome, os dados dos documentos pessoais (RG e CPF), nacionalidade, estado civil e profissão do responsável pela assinatura do termo de fomento;	() Sim () Não () Não se aplica
6	Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no CPF de cada um deles (Lei n. 13.019/2014, art. 34, VI);	() Sim () Não () Não se aplica
7	Comprovação de que a organização civil funciona no endereço por ela declarado (Lei n. 13.019/2014, art.	() Sim () Não

Praça Coronel Justiniano, 164 – Centro

www.prefeituradecambui.mg.gov.br

37.600-000 – Cambuí-MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

	34, VII);	☐ Não se aplica
8	Termo de Compromisso que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta Lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta (Lei n. 13.019/2014, art. 33, III), somente caso tal obrigação não conste do estatuto social;	☐ Sim ☐ Não ☐ Não se aplica
9	CND – Certidão Negativa de Débitos com INSS/Receita Federal. (Lei n. 13.019/2014, art. 34, II);	☐ Sim ☐ Não ☐ Não se aplica
10	CRF – Certidão de Regularidade de situação do FGTS (Lei n. 13.019/2014, art. 34, II);	☐ Sim ☐ Não ☐ Não se aplica
11	Certidão Negativa de Dívida Ativa do Estado (Lei n. 13.019/2014, art. 34, II);	☐ Sim ☐ Não ☐ Não se aplica
12	Certidão de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (Lei n. 13.019/2014, art. 34, II);	☐ Sim ☐ Não ☐ Não se aplica
13	Certidão Negativa de Tributos Municipais (Lei n. 13.019/2014, art. 34, II);	☐ Sim ☐ Não ☐ Não se aplica
14	Certidão Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SIARE)	☐ Sim ☐ Não ☐ Não se aplica
15	Declaração do Conselho de Assistência Social (SOMENTE QUANDO FOR DESTINADO A SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL)	☐ Sim ☐ Não ☐ Não se aplica



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

14	Plano de Trabalho contendo: - Dados gerais do proponente; - Identificação do responsável legal pela proponente; - Identificação do responsável técnico pelo projeto; - Descrição da realidade da OSC; - Síntese da Proposta (Título, objetivo geral, objetivo específico, justificativa, abrangência, público beneficiário, período de execução); - Metodologia; - Monitoramento, avaliação e sustentabilidade; - Cronograma físico financeiro; - Detalhamento da aplicação dos recursos; - Detalhamento e justificativa do rateio das despesas com os demais municípios usuários dos serviços. (Lei n. 13.019/2014, art. 22);	() Sim () Não () Não se aplica
15	Declaração que comprove possuir experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante (Lei n. 13.019/2014, art. 33, V, "b");	() Sim () Não () Não se aplica
16	Declaração que comprove possuir instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas (Lei n. 13.019/2014, art. 33, V, "c");	() Sim () Não () () Não se aplica
17	Declaração de que a Entidade não tenha como dirigente membro de Poder ou Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental em que será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau (Lei n. 13.019/2014, art. 39, III);	() Sim () Não () Não se aplica
18	Declaração do contador responsável pela escrituração contábil da entidade (Lei n. 13.019/2014, art. 33, IV);	() Sim () Não () Não se aplica
19	Declaração de que a entidade se compromete em aplicar os recursos repassados de acordo com a Lei n. 13.019/2014 e de que prestará contas de acordo com a Lei n. 13.019/2014.	() Sim () Não () Não se aplica

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS (FASE INTERNA DA PREFEITURA)

Praça Coronel Justiniano, 164 – Centro
www.prefeituradecambui.mg.gov.br
37.600-000 – Cambuí-MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

ITEM	DESCRIÇÃO	ENTREGUE
20	Solicitação de formalização da parceria pelo ordenador de despesas, acompanhada de documento demonstrando que a entidade está em dia com as prestações de contas anteriores e não possui débitos com a Prefeitura;	() Sim () Não
21	Comprovação de que existe prévia dotação orçamentária para execução da parceria (Lei n. 13.019/2014, art. 35, inciso II);	() Sim () Não
22	Comprovação de que entidade é regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social – conferir no estatuto (Lei n. 13.019/2014, art. 33, inciso I);	() Sim () Não
23	Aprovação expressa do Plano de Trabalho (Lei n. 13.019/2014, art. 35, inciso VI);	() Sim () Não
24	Portaria de designação da Comissão de Seleção através de portaria ou demonstração dos requisitos dos arts. 30 ou 31 da Lei n. 13.019/2014 (Lei n. 13.019/2014, art. 27, § 1o);	() Sim () Não
25	Justificativa expressa do administrador público pela ausência de realização de chamamento público (hipóteses dos arts. 30 e 31 da Lei n. 13.019/2014);	() Sim () Não
26	Elaboração do Parecer Jurídico (Lei n. 13.019/2014, art. 35, inciso VI);	() Sim () Não
27	Designação do Gestor da Parceria por meio de portaria (Lei n. 13.019/2014, art. 35, inciso V, alínea g);	() Sim () Não
28	Elaboração do Parecer Técnico pelo Gestor da Parceria (Lei n. 13.019/2014, art. 35, inciso V);	() Sim () Não
29	Instituição da Comissão de Monitoramento e Avaliação através de portaria (Lei n. 13.019/2014, art. 35, inciso V, alínea h).	() Sim () Não
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS EM CASO DE AQUISIÇÃO OU REFORMA		
ITEM	DESCRIÇÃO	ENTREGUE
30	Certidão emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis comprovando a propriedade plena do imóvel com data não superior a trinta dias, nos casos em que o repasse	() Sim () Não



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2025/2028

	tiver como objeto a execução de obras ou benfeitorias no mesmo, inclusive para a contratação de projeto arquitetônico;	
31	Projeto básico, conforme definido na Lei Federal sobre licitações e contratos, que poderá ser dispensado pela autoridade competente no caso de objeto padronizado;	() Sim () Não
32	ARTse alvarás de licença necessários à realização de obras, expedidos pelos órgãos municipais competentes;	() Sim () Não
33	Registro fotográfico da situação por ocasião do pedido, em se tratando de reforma, supressão ou acréscimo;	() Sim () Não
34	Licença ambiental prévia e, se for o caso, outras licenças expedidas pelos órgãos ambientais competentes, quando o contrato envolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais, conforme previsto na legislação federal e estadual aplicável.	() Sim () Não
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS EM CASO DE AQUISIÇÃO OU REFORMA		
ITEM	DESCRIÇÃO	ENTREGUE
35	Em caso de aquisição de imóvel apresentar compromisso de compra e venda do Imóvel;	() Sim () Não
36	Em caso de aquisição de equipamentos, automóvel, etc, apresentar 03 (três) orçamentos.	() Sim () Não